

**Aula 08 - Parte 3 -  
Prof. Fernando  
Pedrosa**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo  
Estratégico de Legislação - 2025*

*(Pós-Edital)*  
Autor:

**Alexandre Violato Peyerl, Eduardo  
Bouçós Xavier, Fernando Pedrosa  
Lopes, Tulio Lages, Bruno  
Bezerra, Patrícia Cristina Biazao**  
07 de Junho de 2025  
**Manzato Moises**

# TJ/PR – REGIMENTO INTERNO – PARTE 3

## Sumário

Análise Estatística .....	2
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque .....	2
Introdução .....	2
LIVRO V - TÍTULO I - DA LISTA TRÍPLICE PARA DESEMBARGADOR DO QUINTO CONSTITUCIONAL E PARA ADVOGADO INTEGRANTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL .....	2
LIVRO V - TÍTULO II - DA CARREIRA DA MAGISTRATURA .....	4
LIVRO V - TÍTULO III - DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR DE MAGISTRADOS .....	10
LIVRO VI - TÍTULO I - DO PODER DE POLÍCIA DO TRIBUNAL .....	15
LIVRO VI - TÍTULO II - DO PLANTÃO JUDICIÁRIO EM SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO .....	16
LIVRO VI - TÍTULO III - DA ALTERAÇÃO E DA INTERPRETAÇÃO DO REGIMENTO .....	17
LIVRO VI - TÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS .....	19
Aposta estratégica .....	21
Questões Comentadas .....	22
Questionário de revisão e aperfeiçoamento .....	25
Perguntas .....	25
Perguntas com respostas .....	26
Lista de Questões .....	28



## ANÁLISE ESTATÍSTICA

*Devido à alta especificidade deste assunto, ainda não há um conjunto de questões grande o suficiente para se realizar uma análise estatística relevante.*

## ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

*A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.*

### Introdução

Vamos continuar o estudo do Regimento Interno do TJ/PR a partir do Livro III. Essa é a terceira e última parte sobre o RI.

#### Aviso importante:

O **Regimento Interno do TJPR** é um documento **extenso e de redação altamente técnica**, contendo **mais de 400 artigos** organizados em diversos títulos, capítulos e seções. Sua linguagem é, em geral, **formal, densa e voltada à prática institucional interna do Poder Judiciário**.

Por esse motivo, esta aula tem como **objetivo central resumir os principais dispositivos** do regimento, oferecendo uma **visão geral esquematizada, clara e acessível**, sem prejuízo do rigor conceitual e jurídico. A proposta é **facilitar a compreensão do conteúdo** por meio de explicações didáticas, esquemas visuais e organização lógica, sempre respeitando a estrutura e os fundamentos legais do documento original.

### LIVRO V - TÍTULO I - DA LISTA TRÍPLICE PARA DESEMBARGADOR DO QUINTO CONSTITUCIONAL E PARA ADVOGADO INTEGRANTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

#### Art. 382 – Formação da Lista Tríplice para o Quinto Constitucional

O artigo 382 trata de um procedimento bastante relevante para a composição do Tribunal de Justiça: a formação da lista tríplice para preenchimento de vaga destinada ao chamado *quinto constitucional*. Aqui vale uma rápida explicação: o quinto constitucional é um dispositivo da Constituição Federal que garante que 1/5 dos membros dos Tribunais sejam oriundos do Ministério Público e da advocacia, como forma de oxigenar a magistratura com experiências externas ao Judiciário de carreira.



Pois bem, segundo o Regimento, essa escolha é feita pelo **Tribunal Pleno**, em sessão específica, por meio de **votação aberta, nominal e fundamentada**. Ou seja, cada desembargador precisa declarar publicamente seu voto, explicar por que escolheu aquele nome e essa declaração fica registrada – o que, convenhamos, aumenta o grau de responsabilidade na escolha.

O procedimento parte de uma lista inicial com seis nomes (a famosa “lista sêxtupla”), enviada, conforme o caso, pela OAB ou pelo Ministério Público. O Tribunal, então, a reduz para três nomes, compondo a “lista tríplice” que será enviada ao Poder Executivo – o responsável final por nomear o novo desembargador.

Agora, a mecânica da votação tem algumas particularidades interessantes, com desdobramentos previstos em diferentes incisos:

- Se três candidatos atingirem **maioria absoluta** já na primeira votação, temos a lista formada.
- Se ninguém atingir essa marca, os seis candidatos continuam na disputa numa nova votação, sendo escolhidos os três mais votados.
- Nos casos em que só um ou dois candidatos atingem a maioria absoluta de início, a votação segue com os mais bem colocados para preencher as vagas restantes.

Esse detalhamento evita que o processo fique travado e garante um certo dinamismo, mesmo quando há disputas acirradas. Um ponto curioso aparece no **inciso V**: os critérios de desempate. A regra muda conforme a origem do candidato: se for do Ministério Público, vale a antiguidade na carreira e, depois, a idade. Se for advogado, observa-se a antiguidade na inscrição na OAB/PR.

Essa diferenciação respeita as lógicas internas de cada carreira e evita conflitos formais, ainda que, na prática, o clima entre os candidatos seja sempre de intensa articulação.

### Art. 383 – Lista Tríplice para o TRE/PR

O artigo seguinte adapta esse mesmo modelo para a nomeação de advogados que vão compor o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. A lógica geral é parecida, mas com algumas particularidades procedimentais.

O primeiro detalhe importante é que **os interessados precisam manifestar sua intenção de concorrer em até 15 dias** após a publicação do edital no Diário da Justiça Eletrônico. E, nesse momento, já devem entregar a documentação exigida pelo Tribunal Superior Eleitoral – o que inclui certidões, comprovação de tempo de atividade jurídica e outros requisitos legais.

Na prática, essa é uma forma de garantir que o processo seletivo seja sério desde o início, afastando aventuras de última hora ou candidaturas meramente simbólicas. Afinal, ocupar uma vaga no TRE não é pouca coisa: o advogado nomeado passará a julgar questões eleitorais, muitas vezes de grande repercussão política.

O Regimento deixa claro que, fora essas adaptações, aplicam-se as mesmas regras previstas no artigo 382: votação aberta, critérios de desempate e composição pelo Tribunal Pleno. Isso traz uniformidade ao procedimento e reforça a segurança jurídica nas nomeações.



## LIVRO V - TÍTULO II - DA CARREIRA DA MAGISTRATURA

### Art. 384 e 384-A – Movimentação na Carreira e Promoção com Equilíbrio de Gênero

O artigo 384 trata dos mecanismos que estruturam a progressão na magistratura de primeira instância: promoções, remoções, opções e permutas. Esses são os instrumentos que garantem mobilidade na carreira, respeitando os critérios de antiguidade e merecimento.

A lógica é alternada: ora a promoção será pela antiguidade, ora pelo desempenho (o chamado “merecimento”), sempre entre os juízes mais experientes da entrância. Mas não basta ser antigo — é preciso preencher requisitos objetivos e subjetivos, como o interstício de dois anos na entrância, salvo exceções. A apuração dos “quintos” da lista de antiguidade é uma daquelas curiosidades burocráticas que, apesar de parecerem labirínticas, têm uma função prática importante: garantir justiça distributiva entre os interessados, impedindo favoritismos disfarçados.

Um ponto que merece destaque especial é o **artigo 384-A**, que trouxe inovação alinhada às pautas contemporâneas: a promoção por merecimento deve alternar editais mistos e editais exclusivos para mulheres, até que o Tribunal alcance 40% de representação feminina nos cargos de Desembargador oriundos da magistratura de carreira.

### Art. 385 a 387 – Procedimentos e Condições para Promoção

A movimentação ocorre em sessão pública, com votos abertos e fundamentados. Essa transparência, que poderia parecer apenas formalidade, tem enorme valor democrático: obriga cada votante a justificar sua escolha diante dos colegas, da sociedade e, hoje em dia, até da mídia especializada.

A promoção precisa respeitar um prazo: deve ser feita em até 40 dias da abertura da vaga. E o candidato interessado precisa formalizar sua inscrição, juntando a documentação exigida. As condições mínimas incluem, por exemplo, não ter autos retidos além do prazo legal ou punição disciplinar recente. Essas exigências apontam para um ideal de magistrado que, além de produtivo, deve ser ético e comprometido com os deveres do cargo.

### Art. 388 a 395 – Avaliação por Merecimento e seus Critérios

A avaliação do merecimento é onde a coisa fica mais técnica — e, por vezes, até polêmica. Os critérios estão definidos: desempenho, produtividade, presteza e aperfeiçoamento técnico. Cada um tem peso diferente na nota final, que é calculada estatisticamente, usando conceitos como desvio padrão, média e mediana. A ideia, em tese, é afastar a arbitrariedade.

Um ponto sensível é que **não se pode usar o índice de reforma de decisões como critério de mérito**, para não violar a independência do julgador. Isso evita que o juiz seja punido, ainda que indiretamente, por decidir contra a jurisprudência dominante — o que poderia inibir posturas mais inovadoras ou técnicas divergentes.

Cabe destacar o **Art. 395-A**, introduzido em 2025, que concede um adicional de 15% na pontuação para magistrados com deficiência há pelo menos cinco anos. Uma medida que busca corrigir desigualdades estruturais no acesso à cúpula do Judiciário.



## Art. 389 a 392 – Subcritérios: Como Avaliar o Mérito?

Esses dispositivos detalham como avaliar os quatro grandes critérios mencionados anteriormente:

- **Desempenho** envolve a qualidade das decisões: redação, clareza, pertinência das citações, respeito às súmulas.
- **Produtividade** considera o volume de trabalho, mas com refinamentos: leva-se em conta o número de audiências, sentenças (inclusive as sem mérito), estrutura da vara, índice de conciliação.
- **Presteza** analisa aspectos como pontualidade, dedicação a varas de difícil provimento, participação em mutirões, e aderência às metas do CNJ.
- **Aperfeiçoamento técnico** valoriza desde cursos e pós-graduação até publicações científicas e atuação docente.

Um comentário necessário aqui: esse nível de detalhamento é meritório, pois proporciona critérios objetivos — mas, ao mesmo tempo, pode gerar uma sobrecarga documental tanto para quem concorre quanto para quem avalia. Um equilíbrio entre formalismo e funcionalidade é necessário.

## Art. 396 e 397 – Coleta, Publicidade e Impugnação dos Dados

A Corregedoria-Geral centraliza o levantamento de dados, que vão desde estatísticas processuais até a atuação educacional dos magistrados. O candidato deve colaborar, apresentando documentos e checando a consistência das informações. Todo esse material é divulgado aos interessados, que podem impugnar eventuais falhas.

É um processo que visa garantir **isonomia e contraditório**. Em outras palavras, não basta que os dados estejam certos; é preciso que todos tenham chance de corrigi-los se estiverem errados.

## Art. 398 a 401 – Decisões Colegiadas e Transparência

Por fim, temos os dispositivos que garantem o controle coletivo e a transparência do processo:

- O juiz mais antigo pode ser preterido, mas só com justificativa robusta e aprovação por dois terços do colegiado — e isso apenas após ampla defesa (art. 398 e 400).
- A lista tríplice será composta pelos candidatos mais bem pontuados, e, salvo exceções constitucionais, a escolha recairá sobre o primeiro colocado (art. 399).
- Os debates, votos e fundamentos devem ser devidamente registrados e, preferencialmente, disponibilizados eletronicamente (art. 401).

## Art. 402 a 406 – Nomeação e Movimentação de Juízes Substitutos

Quando se fala em início de carreira na magistratura, o ponto de partida é a **entrância inicial**. O artigo 402 estabelece que a nomeação de Juiz Substituto para essa etapa somente ocorrerá quando não houver juiz de entrância inicial interessado na vaga por meio de remoção. É uma medida que respeita a progressão interna antes de abrir portas aos recém-ingressos.

O artigo 403 trata das remoções de seções judiciárias por Juízes Substitutos — e aqui há uma particularidade: essa movimentação só será admitida se atender ao interesse da Justiça, ou seja, não é





algo que o juiz pode pleitear apenas por conveniência pessoal. Critérios como antiguidade e imediata assunção da nova lotação são essenciais. É um bom exemplo de como o Judiciário busca equilibrar os direitos individuais com a necessidade de garantir continuidade institucional.

Já os artigos 404 a 406 tratam dos **editais de movimentação**, ou seja, os mecanismos formais pelos quais se organiza a alternância entre merecimento e antiguidade. Na prática, isso significa que cada comarca mantém uma espécie de “memória de critérios”, assegurando alternância nas escolhas — o que é um modo de evitar que promoções fiquem sempre nas mãos dos mais antigos ou, ao contrário, apenas dos mais produtivos.

## Art. 407 a 425 – Procedimento de Vitaliciamento

A fase do **vitaliciamento** é, por assim dizer, um segundo vestibular para quem entra na magistratura. O juiz já foi aprovado no concurso, tomou posse, começou a julgar — mas ainda está em avaliação. Essa etapa dura dois anos e é repleta de avaliações contínuas, tanto de desempenho quanto de conduta e adaptação à função.

O artigo 407 deixa claro que o objetivo não é apenas mensurar produtividade. Trata-se de acompanhar o magistrado em formação, orientando-o sobre as exigências do cargo. Aliás, é um ponto louvável do TJPR: o vitaliciamento não é encarado como uma “prova final”, mas como um processo formativo com suporte real, incluindo cursos, reuniões com Juízes Formadores e relatórios contínuos.

O Corregedor-Geral da Justiça, com apoio dos Juízes Auxiliares e dos chamados **Juízes Formadores**, é quem conduz essa avaliação. Esses formadores são magistrados experientes, designados para acompanhar e orientar os novos juízes — um modelo que se aproxima muito das boas práticas pedagógicas, ao combinar avaliação com mentoria.

A análise qualitativa e quantitativa (arts. 414 e 415) inclui desde a estrutura das decisões até o comportamento em audiências. Além disso, há observações sobre vocação, conduta pessoal e adaptação ao ambiente judicial. Tudo é documentado em relatórios, planilhas e prontuários individuais.

No artigo 417, por exemplo, encontramos a previsão de uma **reavaliação psicossocial** no 14º mês de estágio. É uma prática sensível e necessária. Afinal, o impacto psicológico da função judicante não pode ser ignorado: o juiz lida com conflitos humanos intensos, pressões institucionais, e tem um grau de responsabilidade que poucos cargos possuem.

A partir do 18º mês, conforme os artigos 422 a 425, o processo é consolidado em um relatório geral que será apreciado pelo **Conselho da Magistratura**. Esse órgão decide, ao final, se o juiz está apto ou não a adquirir a vitaliciedade.

Uma curiosidade importante: mesmo que o juiz tenha sido considerado apto, ele pode ser exonerado até o fim do biênio, caso cometa falta grave. Por outro lado, se o juiz for considerado inapto, sua demissão será proposta com direito à ampla defesa — o que reforça a garantia do devido processo legal, mesmo em fases de avaliação funcional.



## Art. 426 a 430 – Organização da Lista de Antiguidade

A **lista de antiguidade** talvez pareça, à primeira vista, uma simples formalidade administrativa. Mas, no cotidiano do Judiciário, ela tem um peso decisivo: dela depende a ordem de promoção por antiguidade, a precedência funcional e até algumas honrarias dentro da estrutura do Tribunal. Por isso, sua atualização anual, conforme prevê o artigo 426, deve ser precisa e transparente. A publicação deve ocorrer até o fim de fevereiro e, como é de se esperar, pode gerar inconformismos.

O artigo 427 garante o direito à **reclamação administrativa** para quem se sentir prejudicado. Trata-se de um mecanismo simples de correção: o interessado apresenta a reclamação; se ela for claramente infundada, será indeferida de plano. Caso traga argumentos ponderáveis, o Presidente do Tribunal ouve os envolvidos e, ao final, a decisão é levada ao **Órgão Especial**, colegiado que julga a questão. Isso evita distorções, acomoda a controvérsia e, ao mesmo tempo, preserva o princípio da colegialidade.

Outro ponto interessante surge no artigo 430: o aproveitamento de magistrados aposentados ou em disponibilidade. Eles retornam à lista conforme o tempo de exercício na entrância anterior. É uma regra que reflete uma lógica de justiça funcional, respeitando a experiência pregressa.

## Art. 431 a 440 – Afastamento para Aperfeiçoamento Profissional

O Capítulo V trata de algo fundamental, mas nem sempre valorizado no serviço público: o **aperfeiçoamento contínuo**. Não se trata apenas de cursos jurídicos, mas de qualquer atividade acadêmica que contribua para a melhor prestação jurisdicional. E aqui vale uma pequena digressão: o Judiciário lida, todos os dias, com questões sociais, econômicas, ambientais e tecnológicas — ou seja, o juiz precisa se manter intelectualmente ativo e atualizado.

O artigo 431 inaugura o tema exigindo um pedido formal ao Corregedor-Geral, feito com antecedência mínima de 90 dias. A Escola da Magistratura opina previamente, e o Órgão Especial decide. Essa estrutura reforça a seriedade do pedido e impede que o afastamento seja usado como simples “licença extraoficial”.

A classificação dos eventos (art. 432) em curta, média e longa duração ajuda a modular os requisitos. Cursos de até 30 dias têm regras mais simples, mas à medida que se estende o tempo fora da jurisdição, cresce também a exigência documental e a responsabilidade do magistrado.

O **art. 433**, com seus vários incisos, é quase um roteiro de prestação de contas. Além de indicar local, datas, carga horária e aprovação no curso, o juiz deve assumir compromissos formais: continuar na função por tempo igual ao do afastamento, apresentar certificado e até restituir valores recebidos se não concluir o curso. É como um contrato de confiança recíproca entre o magistrado e o Tribunal — uma lógica muito semelhante à que se aplica em bolsas de estudo ou licenças-capacitação em outras carreiras públicas.

O artigo 434 impõe um teto: no máximo 5% dos magistrados podem estar afastados simultaneamente para cursos longos, limitado a 20 casos. A ideia é clara: incentivar o aprimoramento, mas sem comprometer o funcionamento das varas e câmaras. O parágrafo único ainda especifica quem não entra na conta — juízes licenciados por saúde, maternidade, exercício de cargos institucionais, entre outros.





Já o artigo 435 define os critérios de **avaliação e aprovação** do pedido: pertinência do curso, conveniência para o Tribunal, ausência de prejuízo à jurisdição. Esses elementos equilibram o interesse individual do magistrado com as necessidades do serviço público.

A escolha entre vários candidatos para o mesmo curso ou vaga segue critérios bem objetivos (art. 436): dá-se preferência a quem nunca teve o benefício, quem está há mais tempo na carreira e, se o empate persistir, ao mais idoso. Um critério linear, justo e de fácil aplicação.

Mas nem todos os pedidos serão aceitos. O artigo 437 enumera hipóteses claras de **indeferimento**: pendências disciplinares, produtividade insatisfatória, falta de vitaliciamento ou gozo recente de benefício semelhante. Isso protege o erário e a imagem institucional.

O artigo 438 trata das **diárias**: quem vai a curso de longa duração por iniciativa própria não as recebe — salvo se a participação for obrigatória ou determinada pelo Tribunal. Já os demais casos ficam a critério da administração.

O artigo 439 contempla situações específicas, como afastamento para elaboração ou defesa de trabalho de conclusão. Já o artigo 440 prevê que as **férias do magistrado** coincidam com as férias do curso. Se a instituição der menos de 60 dias de recesso, o restante será usufruído depois. É um modo prático de compatibilizar os calendários acadêmico e forense.

## Art. 441 a 448 – Aposentadoria por Incapacidade

A aposentadoria por invalidez é um tema sensível e, não raramente, delicado. Envolve a saúde do magistrado, a continuidade da prestação jurisdicional e o equilíbrio entre dignidade pessoal e dever institucional. O **artigo 441** delimita o ponto de partida: o processo de verificação de incapacidade será iniciado após **dois anos de licenças médicas reiteradas**, ainda que não consecutivas. O procedimento pode começar a pedido do próprio magistrado ou por determinação da Presidência — inclusive provocada pela Corregedoria ou pelo Órgão Especial.

Curiosamente, em casos mais graves, o processo pode começar antes: basta que, nos dois anos anteriores, o juiz tenha acumulado **seis meses de afastamento por doença grave e irreversível**. Esse detalhe mostra que o Regimento não espera a completa deterioração da saúde funcional para agir. Ele tenta, antes, evitar que o magistrado se desgaste ainda mais em funções incompatíveis com sua condição.

O rito processual é minucioso. O **art. 442** estabelece que o relator, após distribuição do processo, notificará o magistrado para se defender em 15 dias (prorrogáveis por mais 10). Se a alegação for de doença mental, nomeia-se um curador — o que evita situações em que a pessoa, por incapacidade, não consiga nem mesmo se proteger juridicamente. Aliás, esse ponto reflete uma sensibilidade institucional raramente vista em normativos: reconhecer a limitação sem retirar o sujeito de cena.

Segue-se então a **nomeação de uma junta médica**, preferencialmente de especialistas, para realização do exame clínico. O juiz pode contestar a escolha dos peritos, mas deve fazê-lo logo, sob pena de preclusão.

O **art. 443** determina que, nos casos de doença mental, o magistrado já será afastado do cargo até o julgamento — uma medida de prudência, para resguardar não só a integridade da pessoa, mas também



a credibilidade das decisões judiciais eventualmente proferidas por alguém já comprometido em sua capacidade.

Se houver **recusa ao exame médico**, como previsto no **art. 444**, o julgamento seguirá com base em outros meios de prova. Ou seja, a recusa não impede o prosseguimento. Essa previsão serve para evitar a eternização de processos por manobras dilatórias.

Encerradas as diligências, abre-se prazo para alegações finais (art. 445), e o julgamento ocorre em sessão do Órgão Especial (art. 446), com possibilidade de sustentação oral por parte do curador ou advogado do magistrado. Para que a aposentadoria por invalidez seja aprovada, exige-se **maioria absoluta dos membros**. E — o que é digno de nota — pode-se determinar reavaliações médicas periódicas, caso reste dúvida sobre o caráter permanente da incapacidade.

Ato contínuo, se aprovada a aposentadoria, cabe ao Presidente do Tribunal expedir o respectivo ato (art. 447). Tudo deve ser encerrado em 60 dias a partir do afastamento (art. 448), o que reforça a ideia de que o procedimento, embora rigoroso, não pode ser moroso. Do ponto de vista recursal, o relator não atua com plenos poderes: cabe **agravo regimental** contra suas decisões, o que dá ao processo um mínimo de controle.

### Art. 449 a 451 – Reversão e Aproveitamento

A reversão, para quem não está familiarizado, é o **retorno ao serviço ativo de um magistrado que estava aposentado por invalidez** ou em disponibilidade. E aqui a lógica muda: em vez de apurar uma limitação, o foco passa a ser a aptidão. O **art. 449** deixa claro que o pedido parte do interessado e só se efetiva se houver vaga a ser preenchida por **merecimento**. O Tribunal, inclusive, pode recusar a reintegração por “interesse da Justiça” — uma cláusula aberta, que permite alguma margem de ponderação institucional.

O aproveitamento se dá, preferencialmente, **na mesma entrância** ou função anterior, o que evita rebaixamentos funcionais e respeita a trajetória do magistrado.

O artigo 450 impõe o devido rito decisório: o **Conselho da Magistratura é ouvido**, e a palavra final cabe ao Órgão Especial, por maioria absoluta, em sessão com limitação de presença — o que garante reserva e solenidade. Esse formato protege o magistrado de exposições desnecessárias, mas também assegura que a decisão seja colegiada e motivada.

Caso a reversão seja aprovada, conforme o **art. 451**, o Tribunal expedirá o ato de retorno. Se não houver vaga no momento, o magistrado fica em disponibilidade até surgir a oportunidade de lotação. E, mais uma vez, mantém-se a garantia recursal: cabe **agravo regimental** contra as decisões do relator — um instrumento importante para assegurar que eventuais excessos possam ser corrigidos dentro da própria estrutura do Tribunal.



## LIVRO V - TÍTULO III - DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR DE MAGISTRADOS

### Art. 452 – Penas Disciplinares Aplicáveis

O artigo 452 nos dá o ponto de partida: define quais são as **penas disciplinares** que podem ser aplicadas a magistrados. E não é uma lista simbólica — são sanções reais, com impacto direto na carreira e, em alguns casos, na imagem pública do Judiciário. A gradação vai desde a **advertência**, passando por **censura**, até penalidades mais severas, como **remoção compulsória**, **disponibilidade**, **aposentadoria compulsória** e, no extremo, a **demissão**.

É importante frisar que o parágrafo único não é um simples apêndice. Ele lembra que os deveres do magistrado estão previstos não apenas em leis específicas como a LOMAN, mas também na Constituição, nos códigos processuais, nas resoluções do CNJ e no **Código de Ética da Magistratura**. Ou seja, o juiz responde não só por ilegalidades, mas também por comportamentos que desrespeitem a essência do cargo.

### Art. 453 a 456 – Critérios para Aplicação das Penas

O Regimento vai além da enumeração. Ele dá contornos às penas. O **art. 453** delimita que a **advertência** se aplica quando há negligência pontual. Se o comportamento indevido se repetir ou tiver maior gravidade, aplica-se a **censura**, desde que o caso não exija sanção mais rígida. É um bom exemplo de escalonamento pedagógico, que permite corrigir sem punir com severidade desnecessária.

Já o **art. 454** trata da **remoção compulsória**. Essa penalidade, embora menos falada, é bastante significativa: o juiz permanece na ativa, mas é deslocado de sua unidade por razões de **incompatibilidade funcional**. Pense, por exemplo, em situações de desgaste institucional ou quebra de confiança com a comunidade local — nem sempre é uma infração gravíssima, mas o exercício da jurisdição se torna inviável.

No **art. 455**, temos a **disponibilidade ou demissão**, a depender do grau de comprometimento ético. Quando o magistrado já é vitalício, aplica-se a disponibilidade. Se ainda estiver em fase probatória, a consequência pode ser a demissão. Note que, aqui, a sanção tem como base o “**interesse público**”, expressão que, embora genérica, tem sido progressivamente detalhada pelo CNJ em sua jurisprudência.

Por fim, o **art. 456** trata da **aposentadoria compulsória**. A lei é clara ao dizer que essa pena é aplicável quando o magistrado demonstra desídia, conduta indecorosa ou evidente inadequação à função. Essa última hipótese — insuficiente capacidade de trabalho — costuma gerar debates, pois envolve avaliações subjetivas.

### Art. 457 a 460 – Investigação Preliminar e Sindicância

O **artigo 457** estabelece um princípio fundamental: a **autoridade judiciária deve apurar imediatamente qualquer notícia de irregularidade**, sem tergiversação. O Corregedor-Geral trata dos juízes de primeiro grau, enquanto o Presidente do Tribunal cuida dos casos envolvendo desembargadores. E tudo isso deve ser feito à luz da **Resolução CNJ nº 135/2011**, norma central na organização da responsabilidade disciplinar na magistratura brasileira.



Essa primeira fase é conhecida como **investigação preliminar**. É uma apuração informal, mas não irrelevante. Serve para verificar se há elementos suficientes para instaurar sindicância ou PAD (processo administrativo disciplinar). A lógica é simples: antes de mover uma máquina pesada contra um magistrado, deve-se conferir se há, de fato, uma infração.

O **art. 458** deixa claro que **qualquer pessoa pode denunciar um magistrado**, desde que a denúncia venha por escrito, com identificação e confirmação da autoria. Nada de denúncias anônimas ou sem compromisso com a verdade. Após a notícia, o magistrado é notificado para apresentar informações em 5 dias. É o princípio do contraditório desde o início.

Se o fato não configurar infração disciplinar ou ilícito penal, o caso é arquivado de plano — e essa decisão deve ser comunicada à **Corregedoria Nacional de Justiça**. Isso cria um mecanismo de controle externo que evita omissões e reforça a credibilidade do sistema. Inclusive, há previsão de **recurso ao Órgão Especial** contra essa decisão de arquivamento (art. 459), o que é importante para garantir transparência e evitar protecionismos.

Por fim, o **art. 460** afirma que, uma vez instaurada a sindicância, o magistrado terá o direito de acompanhá-la. Isso não é apenas uma formalidade — é uma exigência do devido processo legal e da ampla defesa, mesmo em sede administrativa.

### Art. 461 – Competência para Processar Magistrados

A competência para instaurar e julgar processos administrativos disciplinares (os famosos PADs) contra magistrados pertence ao Órgão Especial do TJPR. Isso não é um detalhe protocolar: a escolha desse colegiado de cúpula como instância julgadora tem um sentido bem claro — preservar a legitimidade das decisões e garantir que elas sejam tomadas por um grupo representativo, e não por uma autoridade isolada. Em um sistema de freios e contrapesos, esse tipo de escolha importa.

### Art. 462 a 463 – Início do Processo e Defesa Prévia

A iniciativa do processo cabe ao Corregedor-Geral, se o magistrado for de primeiro grau, ou ao Presidente do Tribunal, nos demais casos. Essa previsão concentra a responsabilidade da acusação em figuras institucionais, o que evita a dispersão decisória e assegura que não haja abertura de PAD por motivações menores ou pessoais.

Antes de decidir se o processo será de fato instaurado, o magistrado tem direito a uma defesa prévia — 15 dias para se manifestar, após tomar ciência da acusação e das provas já reunidas. É um momento importante, pois pode evitar a abertura desnecessária de um processo público e desgastante. Afinal, nem toda irregularidade se confirma sob análise mais detida.

### Art. 463, §§ 1º a 6º – Instauração e Comunicação ao CNJ

Encerrada a fase da defesa prévia, o relator elabora um parecer, que pode sugerir arquivamento ou a instauração formal do PAD. A decisão é tomada pelo Órgão Especial, exigindo maioria absoluta — o que, de novo, mostra o cuidado com a legitimidade do procedimento.

Uma vez instaurado, o processo ganha novo relator, que não pode ser o mesmo que conduziu a etapa inicial. Essa regra é valiosa: evita viés inconsciente e reforça a imparcialidade. Além disso, sempre que



houver deliberação (ou mesmo adiamento dela), o CNJ deve ser notificado. É uma forma de garantir que o controle externo acompanhe de perto o que se passa no âmbito dos tribunais.

### **Art. 464 – Afastamento Preventivo**

Quando necessário, o magistrado pode ser afastado cautelarmente — sempre por decisão fundamentada e com quórum de maioria absoluta. Essa medida, que não afeta a remuneração, visa preservar a integridade do processo, especialmente em situações onde o juiz ainda está em exercício e poderia, por exemplo, pressionar servidores ou manipular provas.

Durante o afastamento, perde-se o acesso ao local de trabalho, ao veículo oficial e às demais prerrogativas do cargo. Não se trata de punição antecipada, mas de precaução — algo similar ao que ocorre em outras esferas do serviço público.

### **Art. 465 a 467 – Citação e Prazo do Processo**

Com a instauração do PAD, o magistrado é formalmente citado para apresentar defesa e provas. Há cuidados com situações específicas: se forem vários acusados, o prazo é comum e ampliado; se o endereço for incerto, admite-se citação por edital. E se não houver resposta, considera-se o magistrado revel — podendo ser nomeado defensor dativo.

O processo deve terminar em até 140 dias. É um prazo razoável, que busca equilibrar celeridade com profundidade. Prorrogações são possíveis, mas só se bem justificadas. É um antídoto contra a morosidade que, em casos disciplinares, pode se tornar uma forma disfarçada de impunidade ou desgaste.

### **Art. 468 – Produção de Provas**

O relator pode determinar diligências e colher provas diretamente ou delegar a juízes de maior entrância, sempre pensando na imparcialidade. Cada parte pode indicar até oito testemunhas, e o interrogatório do acusado ocorre ao final da instrução.

Chamam atenção as soluções modernas previstas: audiências por videoconferência, gravações audiovisuais sem degravação obrigatória e até o uso subsidiário de normas do processo penal e civil. É uma tentativa de modernizar a estrutura sem abrir mão da segurança jurídica.

### **Art. 469 a 470 – Fase Final: Razões e Preparação para Julgamento**

Concluída a instrução, o Ministério Público se manifesta e, em seguida, o magistrado ou seu defensor. Cada um tem 10 dias para apresentar suas razões. A seguir, o relator analisa os autos e distribui aos membros do Órgão Especial os documentos essenciais para o julgamento. É nesse ponto que se consolida a transição da fase instrutória para a decisória — e onde a estratégia de defesa deve estar mais refinada.





## Art. 471 a 472 – Julgamento e Decisão

A regra geral é a publicidade do julgamento — uma salvaguarda contra decisões arbitrárias ou corporativistas. No entanto, é possível restringir o acesso em situações pontuais, desde que seja para proteger a intimidade, sem prejudicar o interesse público.

Todas as decisões, mesmo interlocutórias, devem ser fundamentadas. E a punição só é imposta por maioria absoluta. Se houver divergência quanto à penalidade, cada sugestão é votada separadamente, até que se atinja esse quórum.

Caso surjam indícios de crime, os autos vão ao Ministério Público. Já nas hipóteses de aposentadoria compulsória ou disponibilidade, há comunicação à Procuradoria do Estado. Isso evita que decisões administrativas ignorem seus efeitos jurídicos mais amplos.

## Art. 473 – Incapacidade como Defesa

Se o magistrado alegar incapacidade — seja ela física ou mental —, suspende-se o PAD e instaura-se um incidente próprio para apurar a condição. Durante esse tempo, ele permanece afastado com remuneração. É uma cláusula de humanidade do Regimento, que reconhece que nem todo desvio de conduta é fruto de dolo ou má-fé — às vezes, há questões de saúde envolvidas.

## Art. 474 – Dever de Apuração Imediata

Por fim, o Regimento encerra reafirmando um compromisso institucional: diante de indícios de irregularidade, o Corregedor-Geral (ou o Presidente) tem a obrigação de agir. Não se trata de “poder” apurar, mas de **dever** apurar.

## Art. 475 e 476 – Procedimento e fundamentos da demissão

Magistrados ainda não vitaliciados — ou seja, que estão dentro do chamado “biênio de estágio probatório” — não contam com as mesmas garantias de um juiz efetivamente vitalício. Isso não quer dizer que o procedimento de demissão seja informal ou desprotegido. Muito pelo contrário: ele segue, em linhas gerais, o mesmo rito dos processos administrativos disciplinares (PADs) comuns.

O que muda é o peso da avaliação sobre o juiz em formação. Se durante esse período surgirem indícios de que o magistrado não tem aptidão técnica, equilíbrio emocional ou conduta compatível com a toga, a Corregedoria pode propor a instauração de PAD — o que, aliás, suspende o prazo de vitaliciamento. É como se o tempo ficasse “congelado” até a conclusão do processo.

O desfecho mais grave — a demissão — exige proposta do Conselho da Magistratura e aprovação por maioria absoluta do Órgão Especial. As hipóteses que autorizam essa sanção são amplas: desde infrações constitucionais e legais até negligência reiterada ou falta de decoro. Já punições mais leves, como advertência ou censura, não demitem, mas impedem promoções por um ano.

Curiosamente, o Regimento veda expressamente a pena de disponibilidade para juízes não vitaliciados. Isso faz sentido: trata-se de um instituto voltado a quem já alcançou a estabilidade funcional. Ou se exonera, ou se mantém.





## Art. 477 a 480 – Prazos, registros e normas subsidiárias

Toda sanção disciplinar tem um prazo de prescrição — e com magistrados não é diferente. O Regimento estabelece que a infração funcional prescreve em cinco anos, contados da data em que o Tribunal tomou ciência dos fatos. Se o ato configurar também crime, aplica-se o prazo penal, que pode ser maior ou menor, conforme o caso.

Importante: esse prazo pode ser interrompido, como no momento em que o Órgão Especial decide pela instauração do PAD. E mesmo que o processo seja prorrogado, isso não impede o início do prazo prescricional referente à pena.

Todas as decisões — desde a instauração do PAD até suas eventuais alterações após julgamento no CNJ — devem ser lançadas na ficha funcional do magistrado. Isso é crucial tanto para a memória institucional quanto para eventual revisão futura, se necessário.

Adicionalmente, o Regimento prevê que, nos pontos omissos ou em lacunas procedimentais, aplicam-se subsidiariamente as normas da Lei nº 8.112/1990 (regime dos servidores federais) e da Lei nº 9.784/1999 (processo administrativo federal). Essa previsão não é um detalhe técnico: ela garante segurança jurídica e impede que haja "vácuos processuais".

Ah, e há um detalhe importante, quase uma cláusula de prevenção: se um magistrado quiser se aposentar voluntariamente enquanto responde a PAD, o pedido só será analisado depois da conclusão do processo. Isso evita que alguém tente escapar da responsabilização com base em uma saída estratégica.

## Art. 481 a 482-A – Revisões, arquivamentos e multa por má-fé

As decisões do relator dentro do processo disciplinar podem ser questionadas por meio de agravo regimental. É um recurso típico do ambiente interno dos tribunais, onde o próprio colegiado revê a atuação de seus membros em decisões monocráticas.

Já o arquivamento liminar de denúncias, quando estas forem manifestamente infundadas ou tratarem apenas de matéria jurisdicional — ou seja, da atuação do juiz em um processo específico — pode ser feito pelo Presidente do TJPR ou pelo Corregedor-Geral. E, claro, dessa decisão também cabe agravo ao Órgão Especial.

Há ainda um dispositivo de cunho mais punitivo (art. 482-A), inserido recentemente por emenda regimental. Ele trata da possibilidade de aplicação de **multa por litigância de má-fé** no âmbito dos procedimentos disciplinares. Isso vale para quem apresenta denúncias ou requerimentos com intenção de tumultuar, desgastar ou prejudicar indevidamente o magistrado.

A multa pode chegar a dez vezes o salário-mínimo estadual, e o relator ou autoridade competente pode inclusive majorá-la, se houver justificativa. O valor é destinado ao **Funrejus**, um fundo específico do Judiciário. E mais: enquanto a multa não for paga, o denunciante não pode apresentar novo requerimento.

É uma medida para conter abusos — porque, sim, o sistema disciplinar também pode ser instrumentalizado como forma de perseguição.



## LIVRO VI - TÍTULO I - DO PODER DE POLÍCIA DO TRIBUNAL

### Art. 483 – Poder de Polícia no Tribunal

Este artigo é direto ao ponto: o **Presidente do Tribunal** é quem exerce o poder de polícia no âmbito do TJPR. Mas o que isso quer dizer, afinal? Em linhas simples, estamos falando da **autoridade de manter a ordem**, preservar o decoro e garantir o bom andamento dos trabalhos dentro da instituição. Pense nas sessões do Tribunal, nos corredores do prédio, nos eventos oficiais. Se houver tumulto, desrespeito, ou mesmo uma ameaça velada, cabe ao Presidente intervir — e, se necessário, requisitar o apoio de outras autoridades, como a Polícia Militar ou a segurança institucional.

O parágrafo único complementa a lógica: nas sessões ou audiências, o poder de polícia é de quem **preside**. Pode ser o próprio Presidente, mas também pode ser, por exemplo, o Corregedor-Geral ou o Presidente de uma Câmara. É uma regra que reforça a hierarquia e delimita bem as responsabilidades.

Esse ponto pode parecer burocrático, mas vale lembrar que o Judiciário não é um espaço imune a tensões. Em julgamentos polêmicos, manifestações de partes ou até de advogados podem ultrapassar os limites do aceitável.

### Art. 484 – Desacato ou Desobediência

Aqui o Regimento dá um passo além. Se houver desacato ou desobediência à ordem de um **Desembargador no exercício da função**, o Presidente do TJPR deve comunicar o fato ao **Procurador-Geral de Justiça**, com todos os elementos disponíveis. O objetivo é viabilizar a responsabilização criminal.

Se o caso não envolver um Desembargador (por exemplo, se for um servidor ou colaborador externo), o Presidente não aciona diretamente o Ministério Público, mas sim requisita a instauração de inquérito à autoridade competente. Ou seja: o tratamento é proporcional ao cargo envolvido, mas a **resposta institucional ao desrespeito é sempre presente**.

### Art. 485 – Providência se o inquérito não for instaurado

O artigo 485 funciona como uma “cláusula de insistência”. Se, passados 30 dias da requisição, o inquérito ainda não tiver sido instaurado, o Presidente deve levar o caso ao **Órgão Especial**. Isso mostra que o Tribunal não aceita inércia investigativa quando sua autoridade é desafiada. É uma espécie de plano B para garantir que os fatos não fiquem impunes — uma postura importante diante de eventuais omissões do sistema externo.

Aqui, o Regimento cumpre uma dupla função: preserva a autoridade dos seus membros e garante o funcionamento harmônico da Justiça. É, também, uma forma de o Tribunal reafirmar sua autonomia funcional, mesmo em relação a outras esferas do Estado.



## LIVRO VI - TÍTULO II - DO PLANTÃO JUDICIÁRIO EM SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO

### Art. 486 – Finalidade do Plantão Judiciário

O artigo 486 delimita de forma bastante rigorosa o **escopo do plantão judiciário em segundo grau**. Ele não se destina a qualquer tipo de demanda, mas sim àquelas **de natureza urgentíssima**, que não podem esperar o retorno do expediente regular.

Entre as hipóteses autorizadas, destacam-se:

- habeas corpus e mandados de segurança envolvendo autoridades sob jurisdição do plantonista;
- liminares em dissídios coletivos de greve (algo que pode paralisar serviços essenciais);
- comunicações de prisão em flagrante e pedidos de liberdade;
- pedidos de prisão preventiva ou temporária em caráter urgente;
- buscas e apreensões urgentes;
- tutelas de urgência, civis ou criminais, cuja demora possa causar dano grave ou de difícil reparação;
- medidas urgentes no âmbito dos Juizados Especiais.

É interessante notar como o Regimento vai além do juridiquês. Ele reconhece que o tempo, em certos casos, é fator decisivo para a efetividade da Justiça. Um pedido de busca pode ser inútil no dia seguinte; uma prisão ilegal, ainda que breve, pode causar um dano irreparável.

O §1º impede a chamada “manobra de plantão”, ou seja, a tentativa de reapresentar pedidos já apreciados, ou de prorrogar escutas telefônicas. O plantão não é espaço para reiteração ou recurso disfarçado. Já os §§2º e 3º trazem limites ao levantamento de valores e liberação de bens, reforçando o foco na urgência, e não na conveniência.

### Arts. 487 a 491 – Organização e Funcionamento

Esses dispositivos tratam da **logística do plantão** — quem atua, quando e como. O funcionamento é contínuo nos dias sem expediente, e nos dias úteis pode ser estendido para antes ou depois do horário regular. A escala é composta por Desembargadores (de forma facultativa) e pelos Juízes Substitutos em Segundo Grau, mediante compensação. Essa estrutura busca conciliar disponibilidade com racionalidade na alocação de recursos humanos.

O parágrafo único do art. 487 exige **transparência**: os contatos do plantão devem ser divulgados com antecedência, exceto os nomes dos juízes substitutos, que são divulgados apenas cinco dias antes — uma medida de segurança e proteção funcional.

No art. 488, o Regimento exige que o atendimento tenha um tempo mínimo razoável, com três horas contínuas ou dois turnos de duas horas, garantindo acesso ao público, ainda que em regime de



contingência. E o art. 489 permite, em casos excepcionais, que o juiz atue até mesmo de casa — algo que, diga-se, tem se tornado mais comum em tempos de tecnologia e virtualização da Justiça.

O art. 490 detalha que a escala é organizada pela **Corregedoria-Geral**, que também pode prever ajustes em função de feriados, festividades locais ou outras situações específicas. Isso mostra uma preocupação prática com a realidade do serviço forense.

Já o art. 491 assegura o mínimo necessário para o funcionamento: ao menos um servidor e um oficial de justiça devem estar disponíveis. Afinal, de que adianta o juiz estar de plantão se não houver quem execute a decisão?

### Arts. 492 a 493 – Registro e Transparência

O plantão não é um “sistema paralelo” e tampouco funciona à margem do processo regular. Por isso, o art. 492 exige que se mantenha **registro completo** das decisões e diligências, com protocolo adequado e encaminhamento para a distribuição no primeiro dia útil seguinte.

Os §§1º e 2º reforçam essa exigência, determinando, por exemplo, que os pedidos sejam apresentados em duas vias, com data e hora do recebimento, para garantir a rastreabilidade. Tudo isso preserva a **integridade dos atos processuais** e evita discussões posteriores sobre a validade das decisões adotadas em regime de exceção.

O art. 493 abre espaço para regulamentação complementar pela Corregedoria, o que é importante para adaptar a prática a novos cenários, como mudanças tecnológicas ou alterações legislativas.

### Art. 494 – Competência em Feitos Urgentes do Órgão Especial

Por fim, o art. 494 estabelece uma **linha de substituição** nos casos em que o plantão envolver matéria da competência do Órgão Especial, das Seções Cíveis ou da Seção Criminal. A competência recai, primeiro, sobre o Presidente do TJPR e, sucessivamente, sobre o 1º e o 2º Vice-Presidentes, ou, na ausência destes, sobre o Desembargador mais antigo.

## LIVRO VI - TÍTULO III - DA ALTERAÇÃO E DA INTERPRETAÇÃO DO REGIMENTO

### Art. 495 – Proposição de Emendas ao Regimento

Este artigo trata do ponto de partida para qualquer mudança regimental: a **emenda regimental**. E, ao contrário do que alguns podem imaginar, essa iniciativa não é exclusiva da cúpula do tribunal. **Qualquer Desembargador pode propor uma alteração**, desde que o faça por meio de uma proposta escrita e devidamente articulada — ou seja, com texto claro e fundamentação adequada.

Antes de ir ao Plenário, a proposta passa por análise prévia da **Comissão de Regimento Interno e Procedimento** ou, se for o caso, pela **Comissão de Especialização de Câmaras** — o que, aliás, revela



um interessante traço de especialização funcional dentro do TJPR. A ideia é que temas específicos sejam examinados por quem detém maior familiaridade com a matéria.

### Art. 496 – Parecer da Comissão

Recebida a proposta, a comissão responsável tem até **60 dias** para emitir parecer escrito. Esse parecer será apresentado por um dos integrantes da comissão, que assumirá a função de relator no Tribunal Pleno.

### Art. 497 – Apresentação de Emendas Durante a Discussão

Durante a própria sessão de deliberação, é possível que surjam **emendas de plenário**, ou seja, sugestões de modificação feitas ali, no calor do debate. Caso isso ocorra, a votação pode ser suspensa para que a nova proposta também seja submetida à comissão competente.

### Art. 498 – Quórum de Aprovação

Para que uma alteração seja aprovada, basta **a maioria simples dos votos dos presentes na sessão**. Não se exige quórum qualificado, o que é comum em regimentos de tribunais — embora se trate de norma interna, as alterações precisam de legitimidade, mas não da rigidez de, digamos, uma emenda constitucional.

### Art. 499 – Interpretação Oficial do Regimento

Este artigo cuida da **interpretação do Regimento Interno**, ou seja, da forma como o TJPR resolve dúvidas sobre o alcance e o sentido de suas próprias normas. A competência é do **Órgão Especial**, e o processo começa com uma provocação — que pode ser feita por qualquer membro do Tribunal.

Antes de decidir, o Órgão Especial deve ouvir a comissão pertinente, que tem até **15 dias** para emitir parecer. A decisão final do órgão é formalizada sob a forma de **assento interpretativo**, que tem caráter **vinculante** — ou seja, todos os órgãos e membros do tribunal devem segui-lo.

Esse é um ponto particularmente interessante: o assento interpretativo funciona como uma espécie de “súmula regimental”, conferindo unidade e previsibilidade à aplicação das normas internas.

### Art. 500 – Entrada em Vigor das Alterações

Por fim, o art. 500 traz uma regra simples e direta: **as alterações regimentais entram em vigor na data de sua publicação**, salvo se houver disposição contrária no próprio texto aprovado. Isso é importante para garantir segurança jurídica e dar publicidade imediata à nova redação.



## LIVRO VI - TÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

### Art. 501 – Relatório de Prestação de Contas

É tradição — e também dever de transparência institucional — que o Presidente do Tribunal apresente, na primeira sessão de cada ano, **um resumo das contas do ano anterior**. Trata-se de um gesto simbólico, mas que também cumpre uma função prática: lembrar a todos que, além de julgar, o Tribunal também deve prestar contas à sociedade do uso de seus recursos.

### Art. 502 – Publicação de Dados Estatísticos

Aqui o Regimento reforça a importância de **mensurar e divulgar a produtividade dos magistrados e da instituição**. Mensalmente, dados como o número de votos, a distribuição de processos, os pedidos de vista e o acúmulo de feitos conclusos devem ser publicados no Diário da Justiça Eletrônico.

### Art. 503 – Prisão de Magistrado

Este dispositivo trata de uma questão delicada: **a prisão de juízes em atividade ou em disponibilidade**. A regra é clara: só pode ocorrer **por ordem do Órgão Especial**, salvo em caso de flagrante por crime inafiançável. Nesses casos excepcionais, o Presidente do Tribunal toma as rédeas do procedimento — inclusive decidindo, junto com o Órgão Especial, se a prisão deve ser mantida e onde o magistrado deve ser custodiado.

Na prática, isso garante que a independência da magistratura não seja comprometida por ações precipitadas, ao mesmo tempo em que não permite que o cargo sirva de escudo para práticas ilícitas.

### Art. 504 a 505 – Investigações e Prisão Civil de Juízes

Se um juiz for investigado por possível crime, a autoridade policial deve remeter os autos diretamente ao Tribunal, que designará um relator para conduzir o caso, podendo inclusive quebrar sigilos e requisitar diligências. Isso garante que a apuração ocorra com a devida reserva institucional, sem violar a competência do próprio Judiciário.

Já na prisão civil (por exemplo, por dívida de alimentos), o Tribunal exige que a autoridade remetente envie cópia da decisão, para que o Órgão Especial seja informado — mais uma salvaguarda institucional.

### Art. 506 – Regimentos Subsidiários

Nos casos em que o Regimento do TJPR for omissivo, **recorre-se, em ordem, ao Regimento do STF e depois ao do STJ**. É um caminho lógico e coerente: ambos os tribunais superiores servem como parâmetro interpretativo para os tribunais locais.

### Art. 507 a 510 – Regras de Transição

Esses dispositivos tratam de **mudanças de competência, redistribuição de processos e criação das Seções Cíveis especializadas**. A lógica aqui é de não retroatividade nem redistribuição automática,





salvo em hipóteses bem definidas. Exemplo: se um feito já está com dia marcado para julgamento, ele permanece na seção original.

**Essas regras de transição, embora pareçam excessivamente técnicas, são indispensáveis para evitar “solavancos” administrativos, especialmente quando o tribunal reorganiza suas estruturas internas.**

### **Art. 511 – Regras para Processos Físicos**

Embora o processo eletrônico esteja consolidado, o Regimento ainda prevê **detalhada regulamentação para os processos físicos**, que continuam existindo em determinadas situações.

O art. 511 é extenso, mas bem minucioso. Ele trata:

- Da **protocolação e tramitação de petições físicas**;
- Do envio de documentos por **fax**, com exigência de fidelidade entre cópia e original;
- Da **retirada dos autos** por advogados, inclusive com prazos e penalidades por retenção indevida;
- E até da **restauração de autos extraviados**.

É curioso ver que até mesmo o uso de fax — tecnologia praticamente abandonada pela sociedade civil — continua regulamentado.

### **Art. 512 – Entrada em vigor**

Por fim, a regra clássica: este Regimento entra em vigor **na data de sua publicação**.



## APOSTA ESTRATÉGICA

*A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais<sup>1</sup>.*



Um tema com alta probabilidade de cobrança em provas, especialmente para concursos voltados à área judiciária, é o **plantão judiciário em segundo grau de jurisdição**. A razão é simples: trata-se de um ponto em que o conhecimento técnico encontra a realidade prática. Saber em quais hipóteses o plantão pode ser acionado — como nos pedidos de habeas corpus, prisões em flagrante ou medidas liminares de urgência — é essencial para qualquer candidato que pretenda atuar no Tribunal.

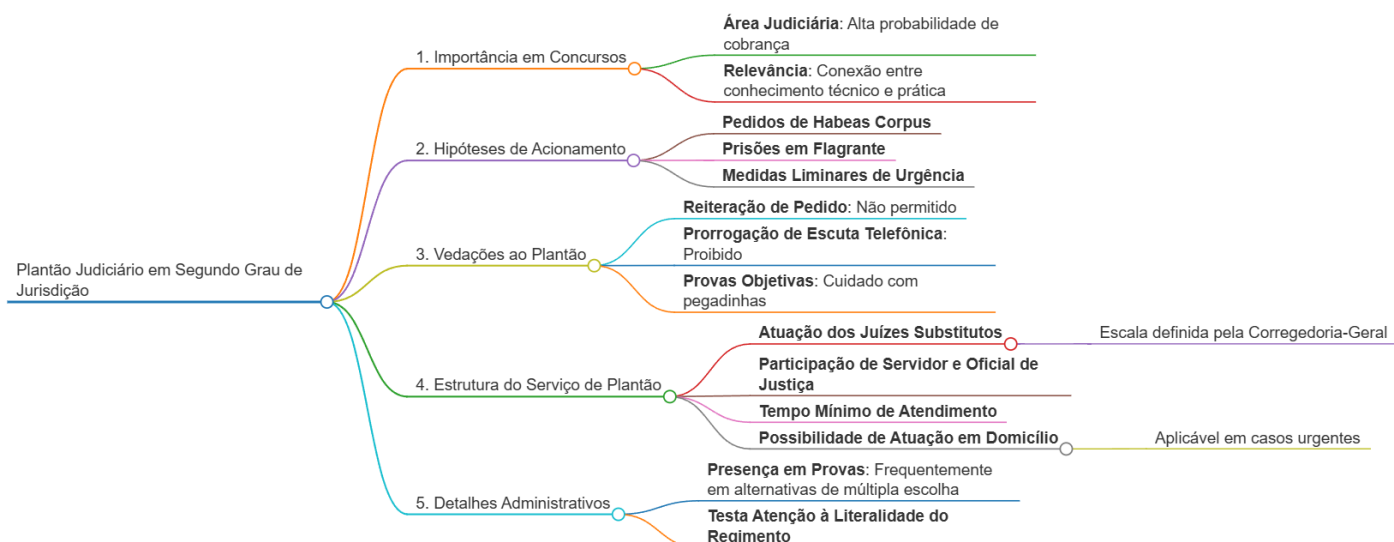
Além disso, as vedações ao plantão — como a proibição de reiteração de pedido ou prorrogação de escuta telefônica — exigem atenção especial, pois costumam ser alvo de pegadinhas em provas objetivas.

Outro aspecto frequentemente explorado é a **estrutura do serviço de plantão**: quem atua, quando e como. O TJPR é específico ao delegar essa função aos juízes substitutos em segundo grau, mediante escala definida pela Corregedoria-Geral. Há regras sobre a presença de servidor e oficial de justiça, o tempo mínimo de atendimento e até a possibilidade de atuação em domicílio, nos casos urgentes.

---

<sup>1</sup> Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.





## QUESTÕES COMENTADAS



1. (TJ-PR / TJ-PR - 2013) Sobre a competência do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná, identifique como verdadeiros (V) ou falsos (F) os seguintes itens:

- ( ) Indicar em sessão pública, mediante votação secreta, os advogados para compor o Tribunal Regional Eleitoral.
- ( ) Aprovar e emendar o Regimento Interno.
- ( ) Homologar o resultado de concurso para o ingresso na Magistratura.
- ( ) Proceder à investigação de crime, em tese, praticado por Juiz.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- A) F – F – V – V
- B) V – V – F – F
- C) V – F – V – F
- D) F – V – F – V

### Comentários:

A primeira afirmativa é falsa: a indicação de advogados ao TRE compete ao Tribunal de Justiça, mas não necessariamente ao Órgão Especial, e não há previsão de votação secreta para isso no Regimento.

22



A segunda também é falsa, pois a aprovação e emenda do Regimento Interno é competência do Tribunal Pleno. A terceira está correta: o Órgão Especial homologa o resultado do concurso para ingresso na magistratura. A quarta também é correta: o Órgão Especial é o responsável por processar e julgar infrações penais comuns cometidas por magistrados.

**Gabarito: A**

**2. (TJ-PR / TJ-PR - 2013)** Acerca das sessões e audiências do Tribunal de Justiça do Paraná, assinale a alternativa correta.

- A) As sessões ordinárias terão início às 14 horas, havendo uma tolerância de quinze minutos para a abertura dos trabalhos, e encerrar-se-ão às 20 horas, podendo ser prorrogadas quando o serviço exigir.
- B) As sessões serão privadas, exceto quando a publicidade encontrar fundamento legal expresso.
- C) Enquanto estiver sendo realizada qualquer sessão no Tribunal, o expediente do pessoal, inclusive dos gabinetes, ficará automaticamente prorrogado.
- D) Do que ocorrer nas sessões, o secretário lavrará ata circunstanciada, que será lida, discutida, emendada, se for o caso, e votada na sessão imediata, assinando-a com o Presidente e com os demais Desembargadores presentes à sessão.

**Comentários:**

A alternativa correta é a C. O Regimento Interno prevê que o expediente do pessoal será prorrogado enquanto durar a sessão. A alternativa A está incorreta porque, apesar de mencionar horários, a tolerância e os detalhes sobre encerramento variam de acordo com o tipo de sessão. A B está incorreta porque, por princípio, as sessões são públicas, salvo em casos excepcionais. A D está errada porque não é comum o procedimento de leitura e votação da ata por todos os Desembargadores presentes; isso não é exigido rotineiramente.

**Gabarito: C**

**3. (NC-UFPR / TJ-PR - 2013)** Avalie as seguintes afirmativas:

- 1. O Tribunal de Justiça é dirigido pelo Presidente, pelos Vice-Presidentes, Corregedor-Geral da Justiça e Corregedor.
- 2. O Tribunal de Justiça funcionará em Tribunal Pleno, Órgão Especial, Conselho da Magistratura e em órgãos fracionários, na forma que dispuserem a lei e o Regimento Interno.
- 3. O Conselho da Magistratura, do qual são membros natos o Presidente do Tribunal de Justiça, o 1º Vice-Presidente e o Corregedor-Geral da Justiça, compõe-se de mais quatro (4) Desembargadores eleitos.
- 4. A titularidade da Vara da Justiça Militar será exercida por Juiz de Direito de entrância final.

Assinale a alternativa correta.

- A) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- B) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- C) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- D) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.



### Comentários:

Todas as afirmativas estão de acordo com o Regimento Interno e com a estrutura organizacional do TJPR. A direção do Tribunal inclui os cargos citados na afirmativa 1. A afirmativa 2 corretamente descreve os órgãos estruturantes. A 3 está em conformidade com a composição do Conselho da Magistratura. E a afirmativa 4 também está correta quanto à titularidade da Vara da Justiça Militar.

### Gabarito: D

4. (TJ-PR / TJ-PR - 2012) Sobre as disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que versam sobre as penas disciplinares aplicáveis aos magistrados, assinale a alternativa correta.

- A) O magistrado negligente no cumprimento dos deveres do cargo está sujeito à pena de advertência; na reiteração e nos casos de procedimento incorreto, a pena será de advertência agravada, se a infração não justificar punição mais grave.
- B) O magistrado, primeiramente, será posto em disponibilidade, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, ainda que a gravidade das faltas justifique a decretação da aposentadoria compulsória.
- C) O magistrado cujo proceder funcional seja incompatível com o bom desempenho das atividades do Poder Judiciário será aposentado compulsoriamente, por interesse público, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.
- D) O magistrado será removido compulsoriamente, por interesse público, quando demonstrar escassa ou insuficiente capacidade de trabalho.

### Comentários:

A alternativa correta é a C. O Regimento Interno prevê a aposentadoria compulsória como medida disciplinar aplicável em casos de conduta incompatível com o exercício da magistratura, nos termos da LOMAN. A alternativa A está errada ao inventar a categoria "advertência agravada", inexistente. A B erra ao sugerir que a aposentadoria compulsória só pode ser aplicada depois da disponibilidade. A D apresenta hipótese que não encontra amparo direto no Regimento como causa para remoção compulsória.

### Gabarito: C

5. (TJ-PR / TJ-PR - 2012) Naquilo que diz respeito às disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, relativas ao preparo, assinale a alternativa correta.

- A) Sem o respectivo preparo, exceto em caso de dispensa ou isenção legais, nenhum feito será distribuído e, em nenhuma hipótese, se praticarão nele atos processuais.
- B) Havendo litisconsórcio ativo em mandado de segurança, o preparo incluirá as cartas de ordem e as precatórias a serem expedidas.
- C) Os processos e recursos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente devem ter o preparo realizado no Juízo de origem.
- D) O preparo compreende todos os atos do processo, inclusive porte de remessa e de retorno.

### Comentários:

A alternativa correta é a D. O Regimento é claro ao definir que o preparo abrange todos os atos do processo, inclusive os custos com porte de remessa e retorno. A alternativa A exagera a rigidez do



preparo, que comporta hipóteses legais de isenção ou posterior complementação. A B menciona indevidamente a inclusão de despesas específicas sem previsão direta. A C está incorreta pois, mesmo nos casos do ECA, há regras específicas para o preparo, mas nem sempre no juízo de origem.

**Gabarito: D**

a

## QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

*A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.*

*São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.*

*O objetivo é que você realize uma auto explicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)*

*Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.*

*Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.*

*É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?*

*Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!*

*Vamos ao nosso questionário:*

### Perguntas

1. Como é formada a lista tríplice para o quinto constitucional segundo o Regimento Interno do TJPR?
2. O que acontece se não houver instauração de processo-crime no prazo de 30 dias após comunicação de desacato a autoridade judicial?
3. Quais são os principais casos que justificam a atuação do plantão judiciário em segundo grau?
4. Quais os limites do plantão judiciário quanto à reiteração de pedidos e prorrogação de medidas?
5. Quem exerce o poder de polícia nas sessões e audiências do Tribunal?
6. Quais as consequências disciplinares aplicáveis a um magistrado não vitalício segundo o Regimento?





7. Qual é o prazo prescricional para faltas funcionais praticadas por magistrados?
8. Como são tratadas as alterações regimentais no TJPR?
9. Em que condições é possível aplicar multa por litigância de má-fé no âmbito do TJPR?
10. Quem julga os feitos urgentes de competência do Órgão Especial durante o plantão?
11. O que ocorre com o prazo de vitaliciamento se for instaurado processo administrativo contra juiz não vitalício?
12. Que providência deve tomar o Presidente em caso de prisão em flagrante de magistrado?
13. Em que casos o Presidente pode arquivar de plano reclamações contra magistrados?
14. Qual a finalidade dos registros estatísticos mensais publicados no Diário da Justiça Eletrônico?
15. Como se regula a tramitação de petições por fax nos processos físicos?
16. Qual o rito em caso de indício de crime praticado por juiz?
17. Qual o órgão competente para interpretar o Regimento Interno do TJPR?
18. O que determina o Regimento sobre redistribuição de feitos em razão de alteração de competência?
19. Quais cuidados devem ser tomados para juntada de procuração em processos físicos?
20. Em caso de extravio de autos físicos no TJPR, qual é o procedimento de restauração?

## Perguntas com respostas

1. Como é formada a lista tríplice para o quinto constitucional segundo o Regimento Interno do TJPR?

**Resposta:** A lista tríplice é formada pelo Tribunal Pleno em sessão com votos abertos, nominais e fundamentados, observando regras específicas para o caso de um, dois ou nenhum candidato atingir maioria absoluta na primeira votação.

2. O que acontece se não houver instauração de processo-crime no prazo de 30 dias após comunicação de desacato a autoridade judicial?

**Resposta:** O Presidente do Tribunal deverá comunicar o fato ao Órgão Especial para as providências que entender cabíveis.

3. Quais são os principais casos que justificam a atuação do plantão judiciário em segundo grau?

**Resposta:** Habeas corpus, mandado de segurança contra autoridade com jurisdição do plantonista, liminar em dissídio coletivo de greve, prisão em flagrante, medidas de urgência cível e criminal e outras situações de grave risco ou dano irreparável.

4. Quais os limites do plantão judiciário quanto à reiteração de pedidos e prorrogação de medidas?

**Resposta:** O plantão não pode ser utilizado para repetir pedido já analisado, reexaminá-lo, ou para pedir prorrogação de autorização judicial, como escuta telefônica.

5. Quem exerce o poder de polícia nas sessões e audiências do Tribunal?

**Resposta:** A autoridade que presidir a sessão ou audiência exerce o poder de polícia naquele momento.

6. Quais as consequências disciplinares aplicáveis a um magistrado não vitalício segundo o Regimento?

**Resposta:** O magistrado pode ser demitido por proposta do Conselho da Magistratura aprovada pelo Órgão Especial, especialmente em casos de falta grave, negligência, ou comportamento incompatível com a dignidade do cargo.



7. Qual é o prazo prescricional para faltas funcionais praticadas por magistrados?  
**Resposta:** Cinco anos, contados do conhecimento do fato pelo Tribunal, salvo se a infração constituir crime, hipótese em que se aplica o prazo do Código Penal.

8. Como são tratadas as alterações regimentais no TJPR?  
**Resposta:** São feitas por meio de emendas regimentais, mediante proposta escrita de qualquer Desembargador, com análise prévia de comissão e posterior votação em Pleno.

9. Em que condições é possível aplicar multa por litigância de má-fé no âmbito do TJPR?  
**Resposta:** Quando verificada má-fé processual em procedimentos disciplinares, podendo ser aplicada multa de até 10 vezes o salário mínimo estadual, exigível para novas ações ou recursos no Tribunal.

10. Quem julga os feitos urgentes de competência do Órgão Especial durante o plantão?  
**Resposta:** O Presidente do Tribunal, ou na sua ausência, os Vice-Presidentes, seguindo a ordem de substituição por antiguidade.

11. O que ocorre com o prazo de vitaliciamento se for instaurado processo administrativo contra juiz não vitalício?  
**Resposta:** O prazo de vitaliciamento é suspenso com a instauração do processo.

12. Que providência deve tomar o Presidente em caso de prisão em flagrante de magistrado?  
**Resposta:** Deve encaminhar o preso ao Estado-Maior da Polícia Militar, convocar o Órgão Especial em até 48 horas e decidir sobre a manutenção da prisão.

13. Em que casos o Presidente pode arquivar de plano reclamações contra magistrados?  
**Resposta:** Quando forem manifestamente infundadas ou se tratarem exclusivamente de matéria jurisdicional.

14. Qual a finalidade dos registros estatísticos mensais publicados no Diário da Justiça Eletrônico?  
**Resposta:** Fornecer transparência quanto à produtividade dos magistrados, distribuição de processos e andamento dos feitos no TJPR.

15. Como se regula a tramitação de petições por fax nos processos físicos?  
**Resposta:** Devem ser enviadas ao fax oficial do TJPR, com identificação do advogado, e os originais devem ser protocolados em até 5 dias, sob pena de serem considerados inexistentes.

16. Qual o rito em caso de indício de crime praticado por juiz?  
**Resposta:** A autoridade policial encaminha os autos ao TJPR, que sorteia relator para conduzir a investigação, com ciência ao Procurador-Geral de Justiça.

17. Qual o órgão competente para interpretar o Regimento Interno do TJPR?  
**Resposta:** O Órgão Especial, mediante provocação, com parecer prévio da comissão temática e edição de assento interpretativo vinculante.

18. O que determina o Regimento sobre redistribuição de feitos em razão de alteração de competência?  
**Resposta:** A mudança de competência não autoriza redistribuição automática, e os processos distribuídos anteriormente não firmam prevenção.



19. Quais cuidados devem ser tomados para juntada de procuração em processos físicos?  
**Resposta:** Deve ser protocolada e encaminhada à seção competente, observando o estágio do processo, com regras específicas para cada situação processual.

20. Em caso de extravio de autos físicos no TJPR, qual é o procedimento de restauração?  
**Resposta:** A restauração é feita de ofício ou por requerimento ao 2º Vice-Presidente, seguindo o rito previsto na legislação processual e observando a prevenção do relator original, quando possível.

## LISTA DE QUESTÕES

1. (TJ-PR / TJ-PR - 2013) Sobre a competência do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná, identifique como verdadeiros (V) ou falsos (F) os seguintes itens:

( ) Indicar em sessão pública, mediante votação secreta, os advogados para compor o Tribunal Regional Eleitoral.

( ) Aprovar e emendar o Regimento Interno.

( ) Homologar o resultado de concurso para o ingresso na Magistratura.

( ) Proceder à investigação de crime, em tese, praticado por Juiz.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a) F – F – V – V.
- b) V – V – F – F.
- c) V – F – V – F.
- d) F – V – F – V.

2. (TJ-PR / TJ-PR - 2013) Acerca das sessões e audiências do Tribunal de Justiça do Paraná, assinale a alternativa correta.

- a) As sessões ordinárias terão início às 14 horas, havendo uma tolerância de quinze minutos para a abertura dos trabalhos, e encerrar-se-ão às 20 horas, podendo ser prorrogadas quando o serviço exigir.
- b) As sessões serão privadas, exceto quando a publicidade encontrar fundamento legal expresse.
- c) Enquanto estiver sendo realizada qualquer sessão no Tribunal, o expediente do pessoal, inclusive dos gabinetes, ficará automaticamente prorrogado.
- d) Do que ocorrer nas sessões, o secretário lavrará ata circunstanciada, que será lida, discutida, emendada, se for o caso, e votada na sessão imediata, assinando-a com o Presidente e com os demais Desembargadores presentes à sessão.



**3. (NC-UFPR / TJ-PR - 2013) Avalie as seguintes afirmativas:**

- 1. O Tribunal de Justiça é dirigido pelo Presidente, pelos Vice-Presidentes, Corregedor-Geral da Justiça e Corregedor.**
- 2. O Tribunal de Justiça funcionará em Tribunal Pleno, Órgão Especial, Conselho da Magistratura e em órgãos fracionários, na forma que dispuserem a lei e o Regimento Interno.**
- 3. O Conselho da Magistratura, do qual são membros natos o Presidente do Tribunal de Justiça, o 1º Vice-Presidente e o Corregedor-Geral da Justiça, compõe-se de mais quatro (4) Desembargadores eleitos.**
- 4. A titularidade da Vara da Justiça Militar será exercida por Juiz de Direito de entrância final.**

**Assinale a alternativa correta.**

- a) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- d) As afirmativas 1, 2, 3 e 4 são verdadeiras.

**4. (TJ-PR / TJ-PR - 2012) Sobre as disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que versam sobre as penas disciplinares aplicáveis aos magistrados, assinale a alternativa correta.**

- a) O magistrado negligente no cumprimento dos deveres do cargo está sujeito à pena de advertência; na reiteração e nos casos de procedimento incorreto, a pena será de advertência agravada, se a infração não justificar punição mais grave.
- b) O magistrado, primeiramente, será posto em disponibilidade, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, ainda que a gravidade das faltas justifique a decretação da aposentadoria compulsória.
- c) O magistrado cujo proceder funcional seja incompatível com o bom desempenho das atividades do Poder Judiciário será aposentado compulsoriamente, por interesse público, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.
- d) O magistrado será removido compulsoriamente, por interesse público, quando demonstrar escassa ou insuficiente capacidade de trabalho.

**5. (TJ-PR / TJ-PR - 2012) Naquilo que diz respeito às disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, relativas ao preparo, assinale a alternativa correta.**

- a) Sem o respectivo preparo, exceto em caso de dispensa ou isenção legais, nenhum feito será distribuído e, em nenhuma hipótese, se praticarão nele atos processuais.
- b) Havendo litisconsórcio ativo em mandado de segurança, o preparo incluirá as cartas de ordem e as precatórias a serem expedidas.



- c) Os processos e recursos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente devem ter o preparo realizado no Juízo de origem.
- d) O preparo compreende todos os atos do processo, inclusive porte de remessa e de retorno.

**Gabaritos:**

1. A
2. C
3. D
4. C
5. D



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.